



Resenha do livro *Potências da suavidade*

Dufourmantelle, A. (2022). *Potências da suavidade* (Traduzido por Hortencia Lencastre). São Paulo: n-1 edições.

 Laura B. Moosburger*

É na forma do ensaio que a psicanalista e filósofa francesa Anne Duffourmantelle traça um caminho para escrever sobre a suavidade (*douceur*, no original), nisso não se limitando a aproveitar, do ensaísmo, a flexibilidade na progressão do texto, mas também elevando o elemento imprevisível ao âmbito mais íntimo de sua escolha teórica: a de um discurso híbrido, que conjuga psicanálise, filosofia e poesia. Deve-se mesmo dizer: um discurso que as faz soar conjuntamente. Pois, com efeito, sua escrita é um todo integrado psicanalítico-filosófico-poético, sem que se possa discernir completamente essas três instâncias de modo a *separá-las* no texto, sob pena de descaracterização do seu sentido mesmo. Assim, certas passagens se detêm em discussões mais teóricas – seja em diálogo conceitual com a tradição filosófica, seja na forma de uma consideração claramente psicanalítica –, outras surpreendem ao se deixarem reter por uma fala poética; mas tais alterações surgem antes como modulações discursivas, em que o olhar, profundamente envolvido com o tema da suavidade, como que se ajusta a cada vez às nuances de luz que se fazem necessárias à justa consideração do objeto. São, portanto, *passagens gentis*, modulações harmônicas do texto, em conformidade com o próprio tema. A autora soube comprovar, em sua escrita, que tratar da suavidade requer suavidade.

Fundamental ressaltar que a forma poética amiúde assumida pelo texto, como que nascendo da própria suavidade e o tingindo, chegando por vezes a causar a sensação de que ele foi escrito mediante contato direto da autora com a suavidade em si, como uma iniciada, não consiste, em momento algum, numa fuga do compromisso teórico. Já ao passar os olhos pelo Índice, no qual se vê a introdução e 35 tópicos concisamente nomeados, o leitor poderá perceber esse compromisso claramente colocado, e apenas o confirmará no avançar do livro, pela argúcia e profundidade filosófica e psicanalítica da autora e por seu constante empenho em amarrar conceitualmente o

* Bolsista de Pós-Doutorado Júnior CNPq, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

percurso de desenvolvimento do tema. A poeticidade da escrita, quando surge, vem como uma presentificação da suavidade, sem a qual o texto não lograria alcançar seu tema, pois este o exige. O que parece acontecer é um *adensamento* da escrita para alcançar a suavidade, e, no sentido ressaltado por Heidegger da poesia como adensamento (*Dichtung*)¹, trata-se de um encontro poético com a suavidade, que é um encontro com o poético da suavidade. A própria suavidade se adensa na escrita de Dufourmantelle, e é por isso que essa escrita é capaz de verdadeiramente adentrar o fenômeno. Em compasso com isso, ainda que psicanálise, filosofia e poesia alcancem momentos de preponderância discursiva em momentos específicos do texto, a força deste reside precisamente no fato de condensá-las intimamente. Parece que estamos diante de uma força de condensação do fenômeno da suavidade que pervade o texto por inteiro; força esta que é conduzida por um sentido de espanto que a autora em mais de uma ocasião já afirmou estar na base de seu trabalho: “Eu gostaria de saudar a audácia com que uma palavra filosófica nos leva a desertar moradas do espírito em que a razão reina quando, num repente, o espanto faz dela hospedeira” (Dufourmantelle, 2003, pp. 34-36). A suavidade, dirá a autora em certo ponto do ensaio, é justamente “uma relação maravilhada com o pensamento” (Dufourmantelle, 2022, p. 88).

O termo francês traduzido por suavidade é *douceur*, em português, literalmente, “doçura”, “dulçor”. A tradução por suavidade foi uma escolha acertada da tradutora, considerando-se que, muito provavelmente, utilizamos o termo “doçura” com menos frequência do que seu cognato francês no país de origem do livro. Entretanto, vale notar que o termo doçura contém algo muito próprio e que se refere à tessitura desse ensaio: pode-se intuitivamente pensar, aqui, que a doçura é algo a ser infundido na escrita e sorvido pelo leitor, fazendo-o *lembrar-se* da suavidade, num movimento de reminiscência profunda e sensível semelhante àquele com que o protagonista de *Em busca do tempo perdido*, de Marcel Proust, se lembra da infância ao morder um biscoito *madeleine*. Compreender a suavidade, seu adensar poético, exige que se deixe invadir por ela, pela doçura propriamente dita.

Nota-se no título, também, que a tradutora optou por verter *puissance*, no singular, para o plural *potências*. Escolha que também parece acertada, uma vez que o plural permite perceber melhor a maneira como Dufourmantelle trabalha o sentido de potência em seu ensaio, afirmando ao menos três sentidos de “potência”: a suavidade é *uma* potência que, como tal, “é invencível”, como se encontra na frase de Marco Aurélio situada à guisa de epígrafe ao livro; mas uma potência que detém potenciais, potências diversas, no plural, como formas em que a suavidade tem potência, sendo um

¹ O sentido de adensamento presente no termo alemão para poesia também é mencionado por Ezra Pound em *Abc da literatura*.

fenômeno de muitas dimensões e desdobramentos; tais potências, por fim, são inclusive potenciais *para o pensamento* que dela se aproxima, ou seja, levanta-se a questão, ao longo do livro, das potências que podem ser descerradas ao pensamento quando se propõe a considerar a suavidade, muitas das quais se mantiveram por longo tempo ocultas na história da filosofia. Tentemos, pois, destacar os passos do ensaio.

A introdução, redigida em uma sucinta página e meia, dá-nos um primeiro contato com o cuidado da autora no trato da suavidade, com a afirmação de sua força admirativa e admirável, ao mesmo tempo em que oferece um conciso levantamento das questões que serão tratadas ao longo do livro.

O sentido de cuidado no trato da suavidade já se mostra na frase de abertura, em que a suavidade é chamada de *enigma*. A suavidade “surge na fronteira das passagens demarcadas pelo nascimento e pela morte, inserida em um duplo movimento de recepção e de doação”. Enigma, também, na medida em que é uma potência: “tem seus graus de intensidade, pois é uma força simbólica e tem poder de transformação sobre as coisas e os seres” (p. 11). Um dos desafios em abordar a suavidade reside no fato de que as coisas mais diversas podem expressá-la: uma pessoa, uma pedra, um pensamento, um gesto, uma cor... Como, pois, “podemos abordar sua singularidade”?

A autora afirma, então, o caráter marginal da suavidade nas grandes investigações da história do pensamento, porque vista, como outras “espécies raras” – como a inocência, a coragem, o encantamento e a vulnerabilidade – com certa inquietação pela filosofia. A primeira motivação aduzida como causa dessa inquietação e consequente marginalização seria o fato de que essas “espécies raras” “obrigam a uma flexibilidade inédita, pois não se deixam definir sob o ângulo do valor nem estão contidas na (mera) descrição de seu fenômeno” (p. 11).

Adverte a autora, na sequência, que não seria o caso simplesmente situar a suavidade numa “frequência de delicadeza”, transcrevendo sua amplitude, pois desta forma a suavidade poderia ser esvaziada da “intenção que a anima”, reduzindo-se a “uma espécie de clima”. Questiona, em contrapartida, precisamente a característica própria da suavidade que reside nessa intenção, nisso que, acompanhando as interrogações da autora, poderíamos chamar talvez de uma *transmissividade* por vezes indeterminável: “quem sente a ‘suavidade’? Aquele que a concede? Ela pode não ter testemunha nem autor?” E, ainda, tal como a serenidade, o fascínio e o tato, a suavidade – noção que “parece flutuar nas esferas do ideal” – carrega o paradoxo de um privilégio tanto espiritual quanto físico, e “só manifesta sua potência porque também é muito sensual” (p. 11). Num dos tópicos iniciais,

será dito que a suavidade “pertence tanto à carícia quanto ao pensamento”, (p. 15), e, mais adiante, que ela “é erótica, em todos os sentidos” (p. 55).

Dufourmantelle elenca, em seguida, alguns dos autores cujas obras analisará sob o prisma da suavidade ao longo do livro, em especial no que toca a prerrogativa da suavidade em “provocar violência”, por “não ser propícia a nenhuma tomada possível de poder” (p. 11). São eles Dostoiévski, Melville, Hugo, Flaubert e Tolstói, os quais fazem, segundo a autora, através de um príncipe Míchkin ou dos vagabundos de Hamsun, com que a suavidade “oponha sua força indomável à injustiça”, de modo a “condenar aos olhos dos homens aquele que a encarna”. Neste ponto, ainda que não o pronuncie explicitamente, a autora parece revelar um motivo ainda mais profundo para a marginalização da suavidade na história do pensamento: “sua proximidade com a bondade e a beleza a torna perigosa para uma sociedade que nunca é tão ameaçada quanto pela relação de um ser com o absoluto” (p. 12). Essa potência autêntica da suavidade será, então, suprimida na nossa sociedade mediante uma perversão: “a suavidade nos é vendida sob sua forma adulterada de sentimentalismo” (p. 12).

O parágrafo final da introdução relaciona a suavidade ao amor e à alegria, perguntando se seria assim talvez porque “a infância detém seu enigma”. Como a infância, a suavidade nos provoca “um assombro do qual nunca nos recuperamos” (p. 12). A proximidade entre suavidade e infância, entre suavidade e origem, maternidade e cuidado, é um ponto que será retomado diversas vezes ao longo do livro, quase como (ou efetivamente) sendo a instância da suavidade em si mesma, que se não dá origem às demais formas de suavidade, parece preservar-se nelas ou perpassá-las.

“Aproximação”, primeiro dos 35 tópicos do livro, parece começar a delinear respostas às indagações levantadas na Introdução, partindo do mesmo espanto perante a suavidade, desta vez expresso nos versos de Gottfried Benn: “Sempre me perguntei, sem nunca/ encontrar a resposta, de onde vem a/ suavidade e a bondade? Até hoje não sei”. A relação entre suavidade e bondade é firmada na alusão ao qualificativo *suavitas* dado ao próprio Deus, tendo a mística renana chegado a encontrar “uma suavidade incomparável no não ser” (p. 13). Em contraste com a religião, porém, adverte a autora que a filosofia não deu tal dimensão à suavidade: “nem um conceito, nem apenas um uso, ela precisa do reconhecimento, mas não se dobra ao julgamento”. Trata-se, pois, de dar a devida dimensão a esse fenômeno, cuja “simplicidade é enganosa”, como atestam alguns aspectos da suavidade indicados nesta primeira aproximação: ela é uma passividade ativa que pode se transformar em força de resistência simbólica prodigiosa, podendo estar no centro ao mesmo tempo do ético e do político; sua elaboração consiste em uma arte de viver que demandou milênios; e, por fim, a suavidade

figura, paradoxalmente, ao lado da crueldade na formação do refinamento da cultura. A suavidade, ela mesma, é inquietante: “nós a desejamos, mas é inadmissível. Os dóceis, quando não são desprezados, são perseguidos ou santificados”. Dufourmantelle retoma aqui a observação iniciada na introdução sobre a falta de lugar da suavidade na sociedade humana, sua impossibilidade de ser uma constante, uma regra, algo que exista e permaneça sem criar resistência, violência ou escândalo. As figuras que encarnam a suavidade, como as personagens literárias das quais tratará posteriormente no livro, em sua maioria “acabam no hospício, na prisão ou na morte. A estranheza da sua suavidade é escandalosa” (p. 13). A essa resistência à suavidade, entretanto, a autora contrapõe sua força ontológica, entendendo-a como uma força de transformação secreta que concede vida, uma potência sem a qual não há a possibilidade de a vida “ir crescendo em seu devir” (p. 14). Exemplificando essa potência desde a transformação do embrião em recém-nascido até a posição de uma simples pedra como estela de um espaço sagrado nos jardins de Quioto, Dufourmantelle percebe a suavidade também como elemento essencial de cada experiência vivida e transmitida entre paciente e terapeuta, com uma “força de resistência e magia intocável”, “no segredo daquilo que chamamos de transferência” (p. 14). Numa fala que conjuga o sentido do termo “origem” tanto no âmbito da psicanálise quanto da poesia e da filosofia, conclui a autora dizendo que “talvez eu a tenha percebido quando criança, na relação sensível com todas as coisas” (p. 14), ampliando, simultaneamente, a suavidade para além do âmbito vivo e humano, algo cujos “registros infinitos ultrapassam o reino dos vivos” (p. 14).

Em “Origens”, levanta-se a questão da suavidade como experiência de origem, que “acreditamos poder captar na sua fonte: criança dormindo relaxada, gosto de açúcar do seio materno, voz que embala, recita, acaricia”, e que também surge em outras formas de início ou intervalo: no movimento do animal, no começo da noite, no verão, na trégua de um combate, no encontro de um olhar, até mesmo na cabeceira dos moribundos, “no olhar que atravessa sua agonia sem febre” (p. 15). Mas a suavidade como que não se deixa capturar. Levanta-se, pois, também a questão do que seria, na origem, a suavidade. Uma qualidade do ser, uma experiência, uma ética, uma mentira? “Existe uma sensorialidade primitiva que, um dia, teria identificado a suavidade?” (p. 15). A suavidade remete a um paraíso “já sempre perdido”: vinda da mais longínqua memória da vida, de onde mãe e filho são apenas um, corpos fusionados, um “antes original que seria uma aurora” (p. 15); desde o início, porém, teria havido violência, terror, assassinato. A autora introduz aqui uma espécie de advertência sobre essa perda originária que “só os melancólicos podem constatar” (p. 15), para que não se ceda a esse “éden perdido”, no sentido em que ele facilitará todos os ressentimentos e dará

razão ao sacrifício. Ao mesmo tempo, a ideia que parece predominar no livro é que a suavidade, em sua forma vital e vitalizante – neste tópico evocada, por exemplo, como uma potência que “inventa um presente expandido” (p. 16) – é algo a ser sempre buscado e resgatado.

No breve mas denso tópico, “Animal”, a suavidade é remetida à origem na animalidade, numa “selvageria fundamental e paradoxal” como a da infância. Tão próxima da animalidade, a suavidade chega a suscitar a hipótese de um instinto que lhe seria próprio: “Ela seria o vestígio de uma primeira ‘pulsão de suavidade’, de proteção, de compaixão – até mesmo de bondade” (p. 17). Contudo, este instinto, muito próximo do ser, não estaria apenas ligado à conservação, mas à própria *relação*. A autora acrescenta a essa reflexão o fato de que, enquanto seres cindidos, nós, humanos, somos estranhamente tocados pela suavidade do animal, talvez porque “ela nos vem de um ser que coincide com ele mesmo quase inteiramente” (p. 17).

Em “Cuidar”, a ideia de um instinto de suavidade se desdobra a partir dessa recondução do humano ao animal, enquanto seres que passam pelos mesmos estágios e que, como recém-nascidos, não sobreviveriam sem cuidados. O cuidado está desde os primórdios associado à suavidade: além do gestar, nutrir e envolver, também está no fazer os gestos apropriados para conter a doença, fechar a ferida, acalmar a dor. “Ele exprime a intenção do bem” (p. 19). A suavidade mostra seu sentido relacional, aqui, na medida em que o cuidado depende do reconhecimento daquele que cuida não só da fragilidade no outro, mas nele próprio; com isso, o cuidado adquire o sentido de uma força de compaixão. “Ter compaixão é sofrer com o outro aquilo que ele sofre, sem capitular. É poder se deixar atingir por outro, por sua tristeza ou dor, e conter essa dor levando-a para longe” (p. 20). O caráter relacional da suavidade mostra-se ainda no fato de ela abrir caminho para o que há de mais singular no outro, ampliando-se a todas as dimensões do ser, abrangendo uma “relação de familiaridade com o animal, o mineral, o vegetal, o estelar” (p. 20).

O tópico seguinte, “Inteligência”, dá continuidade a essa temática ao incluir a inteligência nisso que foi remetido à ordem do instinto; pois “a suavidade é, primeiramente, uma inteligência que carrega a vida, que a salva e desenvolve” (p. 21). Sendo capaz de conter toda brusquidez destrutiva, “ela é uma apreensão da relação com o outro da qual a ternura é a quintessência” (p. 21). A autora conduz aqui sua reflexão para o fato de que a filosofia (ocidental) sempre desconfiou das emoções, entendidas por muito tempo pelo viés negativo de um fator de obscurecimento ou perda da razão. Mantendo-se oculta para as ferramentas da razão, a suavidade nos convoca, entretanto, a pensar que o valor daquilo que “nos altera para o bem e dispensa a consciência” é essencial. Por consciência, entenda-se aqui consciência no sentido mais estrito da razão, visto que, precisamente, a autora

assinala que a suavidade supõe uma relação entre o sujeito e a alteridade, designando, portanto, não só “a substância ou atmosfera que ela libera”, mas também a ligação intelectual (*intelligere*) que aí se faz. “Seu privilégio é o acordo”, e ela “leva em conta a crueldade e a injustiça do mundo” (p. 21). Há na suavidade uma compreensão profunda da insuficiência das coisas e dos seres, um movimento para não intensificar o sofrimento, a exclusão e a crueldade, inventando, antes, “o espaço de uma humanidade sensível” (p. 21).

Já o tópico “Em potência” flui dessa consideração da suavidade como cuidado para a relação da suavidade com o conceito de potência (caro à tradição da filosofia ocidental e, aqui, discutido em diálogo com Aristóteles, Hobbes e Nietzsche), questionando em que medida a persistência de um ser ao longo de sua germinação, devir e desenvolver-se não depende, fundamentalmente, da suavidade, entendida como potência que determina o amadurecimento daquilo que até então estava inativado na própria coisa. O exemplo aduzido pela autora, em compasso e continuidade com os três tópicos prévios, será o do embrião no líquido amniótico e o momento em que o primeiro grito do recém-nascido mobiliza a metamorfose para a respiração pulmonar.

No fundamental “A festa dos sentidos (I)”, deparamos com uma espécie de estética da suavidade, em que a autora apresenta uma profusão de imagens, mostrando como a suavidade pervade a existência e emerge em diversas formas e circunstâncias, como um sutil espetáculo sensível, uma “festa dos sentidos” da qual participam o tato e o tátil, o toque, o gosto, os perfumes, os sons. A suavidade tem múltiplas afinidades com a luz – seu brilho, intensidade, difusão, suas metamorfoses e sua noite –, com a música enquanto tessitura de melodia, ritmo, voz, instrumento, e com a imagem, como o quadro do retorno do filho pródigo, de Rembrandt, “um exemplo magnífico de suavidade” (p. 25). O refinamento no artesanato coexiste com a suavidade: é “a maneira pela qual a madeira é esculpida, trabalhada, a sutileza de uma cor, o desdobrar de uma curva no barroco tardio” (p. 26). A suavidade “parece incrustada no gesto, colocada com ele na matéria” (p. 26). A autora evoca a poderosa imagem das cinco mil camadas de laca que eram necessárias para se fazer um móvel na corte real em Pequim, acrescentando que os textos diziam que “o toque deveria ter a suavidade da chuva e a delicadeza de um cabelo de criança” (p. 26). Dirá a autora: “Suavidade da seda, do vidro polido, dos fios de prata, dos relevos do veludo, da pele que eles recobrem, do olho que os contempla” (p. 26). A esta, seguir-se-ão várias imagens: a suavidade das iluminuras, a suavidade da junção entre o céu e o mar em Veneza, dos céus de verão, das atmosferas, das nuvens. Suavidade das lâmpadas à noite, “o halo e seu limite”, a silhueta de um corpo nu, o ângulo de uma alcova. Para tais acontecimentos, não há previsão: a suavidade “não anuncia sua entrada, há um convite contínuo a ser

contaminado por ela, que pode se quebrar em um instante” (p. 26). A suavidade se faz sentir no contraste, quando nos abandona e volta, como quando uma dor cessa, ou quando a onda “deposita a espuma na areia tão leve quanto o ar”. Ou, pergunta a autora, “será que ela é de uma essência singular, saboreada apenas por ela mesma?” (p. 26). Ainda neste tópico, a autora retoma a suavidade como presença na origem, no cuidado e na vulnerabilidade: “uma pele de criança muito pequena que ainda tem a bochecha coberta por uma imperceptível penugem”, “calma da respiração, daquilo que contém o ser vivo e o protege. E que se oferece ao toque” (p. 27). A suavidade também é a harmonia, o modo pelo qual uma orquestra se afina, ou “duas longas pinceladas de Rothko vão dialogar ao longo de um horizonte vermelho”. A suavidade é a proporção de um rosto, e há a suavidade daquilo que não poderá ser tocado num rosto, daquilo que “desfaz qualquer influência” (p. 27). Há a suavidade do inefável.

Se dubiedades em torno à suavidade são referidas atentamente em vários momentos do livro, o tópico “Argumento de venda” dedica-se especialmente à perversão da suavidade como argumento de venda, no âmbito da propaganda, reduzida a um “argumento econômico depositado na conta de quem nada tem a ver com ela” (p. 29). A autora sustenta que a supressão da suavidade autêntica se presta a um programa condicionante de servidão voluntária, próprio do mundo neoliberal, com sua total falta de consideração pelos seres. A suavidade é descaracterizada, pervertida em seu contrário: no plano carnal, é “desnaturada em bobagens”; no plano intelectual, em “poção *new age* e outros métodos que rivalizam entre si para nos fazerem acreditar que basta crer para que tudo funcione” (p. 29), encobrendo, sob o grande mercado do bem-estar, a corrosão operada no cerne da suavidade e na ligação que ela estabelece entre o sensível e o inteligível (p. 30). No limite, a “suavidade”, em sua forma pervertida, será usada para legitimar a brutalidade, será “o nome pelo qual a violência será efetuada” (p. 30).

“Línguas-fontes” procura os primeiros sentidos e usos da suavidade na Grécia antiga, que remete a uma relação da comunidade humana com o direito, a justiça, a guerra, mas também com os “valores do coração”; com isso, “aquilo que chamamos de humanismo” (p. 31). A suavidade se contrapõe, para os gregos, à *hybris*, ao descontrole dos afetos, mas ela não designa, em contrapartida, o rigor moral, pertencendo antes, de certa maneira, “mais aos deuses do que aos homens” (p. 31). A autora assinala dois termos gregos distintos para suavidade: *praôtes*, significando suavidade, amabilidade, docilidade, mansidão, num sentido ligado à dimensão política e ética da formação de uma comunidade; e *praiis*, termo “mais sensível, que significa extrema bondade” (p. 32). O primeiro é evocado nas Epístolas de São Paulo como espírito de mansidão; o segundo é traduzido na vulgata para o latim *mitis* (pobre, humilde, modesto, oprimido). Em latim, ainda exprimem a suavidade o

termo *suavitas*, segundo a autora mais intelectual ou espiritual, e *dulcis*, que remete antes ao sensível, como o melodioso na música e o açucarado em um alimento.

A autora analisa a dimensão em que a suavidade aparece na antiguidade grega centrada nos valores do heroísmo, em que a suavidade surge, por parte dos heróis mais exaltados, ligada a um sentido de respeito, sem cair em nenhuma espécie de sentimentalismo e em acordo com a coragem, a exemplo da *Iliada*, quando Aquiles suspende a guerra pelo tempo necessário para que o rei Príamo possa levar seu filho morto em batalha, Heitor, de volta para Troia. Outro sentido de suavidade é manifesto no termo *philantropos*, designando uma disposição universal, um sentimento de comunidade diante da fragilidade humana, independentemente das circunstâncias, exemplificado pelo sentimento de pena de Ulisses diante da loucura de Ajax, ainda que este tenha sido seu inimigo. Tal sentido seria aquele invocado por Platão, em *O banquete*, ao referir-se ao “deus mais amigo do homem (*philantropos*)” e a propósito da generosidade de Sócrates, cujo ensino é gratuito. Por fim, todos os valores de mérito, potência e valor guerreiro foram alterados com o advento da cristandade, que substitui a figura de um rei esperado em seu esplendor pela de uma criança nascida na pobreza e no exílio, e mesmo o sentido filantrópico grego não chega ao ponto do sacrifício e da abnegação cristã. Neste ponto, entende a autora que a ligação da suavidade com a força e a coragem cede pouco a pouco ao ideal ascético; numa interpretação que não deixa de lembrar Nietzsche, dirá que a suavidade, “sem ligação carnal, se desvitaliza para entrar na dimensão da fraqueza” (p. 33). É interessante observar, porém – e o leitor poderá constatá-lo na leitura do livro – que Dufourmantelle vai muito mais longe em sua consideração do sentido cristão da suavidade do que essa aparente redução a uma dimensão de fraqueza.

“Justiça e perdão”, partindo da conclusão de que, em suma, para os filósofos a suavidade “se confunde com a civilização” (p. 35), a autora chama atenção para o fato de que os aspectos mais sensíveis ou relacionados ao sentimento costumam, de qualquer forma, surgir como algo problemático; como a dificuldade de Platão com a indulgência, na medida em que equidade (*épièikes*) e tolerância (*suggnômon*) são consideradas empecilhos para a perfeita exatidão. Os gregos teriam, ainda, dificuldade de abordar a suavidade ou a temperança (*sophrosyné*) sem antes submetê-la aos valores da coragem, firmeza e aptidão para a guerra, necessários a toda comunidade política. Após indicar brevemente a temperança em Aristóteles, a autora menciona a relação mais forte da suavidade com o perdão que teria sido promovida em Roma, e Plutarco se destaca ao fazer da suavidade um ideal de vida. No cristianismo, a suavidade transcende completamente a relação com qualquer interesse político, ou mesmo que se restrinja à vida terrena; ela é, propriamente, de outra ordem. O

tópico termina abordando a relação singular dos santos com a suavidade: figuras de força e suavidade capazes de combates espirituais até o martírio, eles “afrontaram o poder e espalharam bondade” (p. 36). São Francisco de Assis é lembrado como uma figura à parte no Ocidente, sua suavidade tendo ido ao ponto de “transformar em santidade uma guerra sem trégua contra a injustiça”, e especialmente rara no Ocidente é a aproximação de sua suavidade com os reinos vegetal e animal (p. 37).

No tópico “Oriente”, a autora retoma o termo hebraico para suavidade, *anāwāh*, que designa aquele que é humilhado, fraco, oprimido; termo que designa antes a consequência de uma perda, em contraste com a palavra mais positiva que designa a suavidade material, o “fruto doce”, encontrado em diversas passagens do Eclesiastes e do Cântico dos cânticos. Assevera a autora, porém, que é a raiz sânscrita da palavra que permite encontrar a ligação entre bem-aventurança espiritual, suavidade física e temperança do coração: o termo Veda, na coletânea de cantos rituais *Sāma Veda Samhitā*, também significa “doçura, suavidade, amenidade, acolhimento e palavras indulgentes” (p. 39), destacando-se a importância da sonoridade e indicando a relação do Veda com a escuta do som original emitido pela regularidade dos movimentos cósmicos. Assim o Rig veda, a fala do mestre ao discípulo, é tradicionalmente e até hoje transmitida por “um canto dotado de força encantatória” (p. 39). A autora alude ainda ao termo sânscrito *Swadhistana*, que nomeia o segundo chacra ou chacra sagrado e significa “suavidade”, tendo a água por elemento e por sentido o paladar. O tópico conclui afirmando uma certa relação desprovida de afetação do mundo oriental com a suavidade, como uma arte do refinamento, nem infantilizada e nem politizada, que “ainda tem tudo a nos ensinar” (p. 40).

“Uma transformação silenciosa” enfocará a dimensão dada à suavidade especificamente pela cultura chinesa, que dedica um lugar central a transições, germinações invisíveis e vida sensível, em contraste com o Ocidente, em que as mudanças costumam ser captadas segundo o princípio do acontecimento que “logo queremos categorizar”. Cultura do resultado, não enxergamos o imperceptível, vemos o descontínuo como uma miragem, embora tudo se modifique a cada instante. A suavidade, contudo, só pode ser apreendida como sensação e passagem, de forma existencial e não categorial. O livro de François Jullien é evocado pela autora ao mostrar o quanto “as transformações silenciosas” constituem exatamente aquilo que a metafísica europeia teria mais dificuldade em compreender, enquanto a cultura chinesa alcança sua inteligência. Deleuze e Bergson são referidos como parte dos raros pensadores que insistem na questão do devir dos conceitos, porque “o pensamento europeu teve a obsessão pela fixidez do ser” (p. 41). A autora argumenta que nos antigos textos chineses a transformação é uma atitude, um estado do corpo e do espírito, uma harmonia com o modo de ser natural das coisas em seu crescer e se expandir, em interação com o que as cerca; em

compasso com isso, a atitude taoísta se esforça por “tirar partido das propensões”, do devir dos próprios processos.

“Sentimento e sensibilidade” explora o vínculo da suavidade com a ordem do sentimento e da sensibilidade. Após aludir ao momento especial do romantismo alemão, que deu a esfera mais elevada à dimensão do sentimento (*Stimmung*), a autora discute o dano paulatinamente sofrido pela sensibilidade em nossa sociedade de mercado, visto que, nesta, a sensibilidade “não tem nenhuma utilidade para comprar e vender, se não for canalizada e normatizada” (p. 43). A sensibilidade só existe na medida em que é exercida; não sendo mera receptividade, está ligada ao nosso livre-arbítrio. Contudo, a normatização da sensibilidade leva à edulcoração da suavidade, dissolvendo-se suas ambiguidades e “arestas ásperas” (p. 44), de modo que essa potência sensível da qual ela provém e que ela atualiza também se encontra ameaçada numa cultura em que os sentimentos são planificados.

“A força simbólica da suavidade” trata do caráter de autoridade espiritual que a suavidade representa sobretudo no Oriente, nas práticas zen, no hinduísmo, nos escritos sobre o Tao, no confucionismo e nos ritos xamânicos na Sibéria oriental, que veem na suavidade antes uma força do que uma fraqueza. Gandhi é evocado como figura emblemática da atitude espiritual da suavidade que é, ao mesmo tempo, uma força de resistência no sentido de um guerreiro e mestre espiritual. Também Tolstói, Ruskin e H. D. Thoreau, que inspiraram Gandhi, são aqui evocados: os três pensadores, cada qual a seu modo, confiando na força simbólica da suavidade, opuseram “a força do espírito àquela das armas e dos homens” (p. 46).

Em “Figuras livres”, a suavidade é reconhecida pela autora em uma série de figuras literárias que “desorganizam tudo a sua volta sem querer”: o príncipe Míchkin, a maioria dos personagens de Kafka, de Melville, das novelas de Tolstói, o pequeno John Mohune de *O tesouro de barba ruiva* (filme de Fritz Lang), Bartebly, a empregada do conto “Um coração simples”, de Flaubert – personagens que “polarizam o real em torno de uma verdade inédita e impossível de ser sustentada” (p. 47). O tópico seguinte, “Suavidade pura?”, detém-se mais detalhadamente em alguns desses personagens, que revelam, cada qual, matizes ou figuras distintas da suavidade: Billy Budd, personagem central do conto homônimo de Melville, um jovem marinheiro que seria a figura da inocência e cujo excesso de suavidade reverte em violência assassina; os personagens Gwynplaine e Dea, do romance *O homem que ri*, de Hugo, que encarnam a suavidade na figura da fidelidade absoluta; e, por fim, a empregada de *Um coração simples*, na qual a suavidade, desta vez, representa “a perda de si no outro, até a abnegação” (p. 52). O sentido da suavidade em *Os irmãos Karamazov*, de Dostoiévski, receberá, na sequência, um tópico à parte, “Inspeção”. Na cena do Grande Inquisidor,

resume-se todo o problema da suavidade como aquela dimensão que contraria, causa escândalo e termina por ser aniquilada. O Inquisidor “sabe que ninguém pode suportar que o Cristo volte”, e por isso lhe cabe decidir por sua condenação. Perante a suavidade de Cristo, que jamais se curva e é a única coisa a colocar em xeque o poder e a certeza do Inquisidor, “abrindo outra via da verdade que não seja o terror” (p. 53), a posição do Inquisidor limita-se a reafirmar e repetir aquela que se impõe como dominante: “Os humanos não querem a liberdade que tu lhes ofereces, cabe a mim, portanto, que tenho consciência disso, fazer o sacrifício de me encarregar totalmente disso e tirá-la deles” (p. 53). A suavidade, outra via da verdade, está no coração do livre-arbítrio, e este não pode realizar-se, prevalecer sobre a servidão voluntária que alivia o peso da escolha exorbitante da existência. Trata-se, conforme a autora, de uma questão recorrente na obra de Dostoiévski o fato de a suavidade sempre revelar-se “nos confins da baixeza, da traição, da violência” (p. 53), surgindo como uma espécie de falha, uma incapacidade de estar no mundo, resguardando a paixão de uma outra forma de viver.

Em “A festa dos sentidos (II)”, evocando Nietzsche em sua epígrafe – “Ninguém teve a coragem de definir a essência do prazer [...] como um sentimento de potência” – a suavidade é remetida à própria potência da vida e à autenticidade de sua expressão. Mas a suavidade é a potência do corpo “destilada através dos sentidos”, um corpo que teria sido “educado, instruído, enobrecido” por ela (p. 55). Entretanto, ainda que apareça na ponta da cultura, do que foi cultivado, ela está no início; como já trabalhado pela autora em outros tópicos, a suavidade se encontra na origem, antes mesmo de nós: não a possuímos, a “hospedamos”. “Ela estava ali, tão discreta, necessária e vital como um batimento cardíaco” (p. 55). A suavidade, na verdade, nos perpassa em todos os níveis e o tempo todo: “vai da volúpia à mais leve pressão da mão”, “é pensada quando toca, e é tocada quando ela é inteligência”; não “fixa nenhum lugar no corpo”, vem desde o nascimento com a respiração, acompanha os sonhos e “só se revela depois, na sensação deixada no sono” (p. 55), mora no “devir sensorial dos pensamentos.” A autora afirma o que talvez possamos chamar de dimensão absoluta da suavidade, ressaltando a delicadeza que se requer para compreendê-la: “Nenhum acontecimento deste mundo lhe é estranho, porque ela é responsável pelo ser vivo. Sem suavidade não existe nenhum ser no mundo humano. Qualquer tradução possível seria violenta”. Eis a necessidade inerente à suavidade de que seja considerada poeticamente. Ela é como uma “promessa sussurrada de criança”, como “as asas das borboletas envoltas na sua crisálida” (p. 55).

Em “Falsificações”, tópico que reata questões presentes em “Argumento de venda”, Dufourmantelle observa que o contrário da suavidade não é a brutalidade e a violência, mas a *falsa suavidade*, que insidiosamente a perverte ao imitá-la. Todas as formas de delicadeza adulterada e de

“miscelânea sentimental”, prescritas delicadamente por uma sociedade comprometida com o que não é suavidade, pervertem sua natureza, sua relação genuína com o mundo, com o outro, com “o próprio princípio da vida do qual ela provém” (p. 57). Nossa sociedade opera segundo uma espécie de abafamento dessa dimensão da suavidade, que demanda um retiro semelhante à travessia no deserto dos místicos, mas que não pode caber no programa público e publicitário. A delicadeza, a sutileza, a reserva, a discrição, todas estas “qualidades secundárias” da suavidade, não têm espaço na sua forma genuína numa sociedade da repetição, em que acaba por reinar a servidão voluntária. “Não há *outro* lugar, apenas o falso” (p. 58). O desejo, o nome e o sexo de cada um, a sensibilidade, o corpo, convertem-se em “problemas resolvidos” (p. 58) e a potência transformativa da suavidade se perde.

“Extenuação” trata da difícil possibilidade de ainda termos esperança na suavidade, uma vez que as forças necessárias para tanto se encontram praticamente exauridas numa sociedade que a desgastou em silêncio. Para ignorar a falta da suavidade, inventamos satisfações compensatórias; ou a dispensamos, pois sua falta “já não é mesmo mais insuportável, apenas desencoraja de viver” (p. 59). A depressão é interpretada aqui como fruto dessa falta; mais precisamente, como um dos modos mais importantes de negar que precisamos da suavidade. Cada um “oferece ao outro a narrativa da própria opacidade, com a melhor das intenções. Fazemos da troca uma religião, mas nada é trocado” (p. 59). O sentimentalismo é novamente evocado como “o mais corrosivo”, pois ele acabou por odiar a emoção autêntica, pensada, que favorece a liberdade; brutalizados, “acabamos, coletivamente, aceitando o injustificável” (p. 59). Ao lado da brutalidade das condições de sobrevivência material, fomos capturados por um deserto espiritual e afetivo, em que a endêmica falta de suavidade erigiu um isolamento “que é tão poderoso quanto um feitiço” (p. 60). No tópico seguinte, “Penumbra”, é dito que essa falta de suavidade é “viral”, que “se infiltra como um veneno” (p. 61). A suavidade é anulada, numa sociedade que – em muito aproximando-se às considerações de Byung-Chul Han – exige total transparência, essa “forma política da obscenidade” (p. 61), dissipando qualquer matiz, qualquer hesitação, qualquer indecisão, ambiguidade, confusão, qualquer penumbra que, enfim, é a “terra natal” da suavidade. Há suavidade naquilo que “nasce, que se abre, que pede esse espaço de suspense e de começo” (p. 61), ao passo que, nessa sociedade da total transparência, todo espaço secreto deve ser confessado. Dufourmantelle termina este tópico com uma reflexão sobre a perda da suavidade na infância, que é outra expressão, enfim, para a perda da própria infância, remetendo à profundidade psíquica e espiritual desse movimento de retração da suavidade e sua potência negativa, insidiosa, em consumir as forças vitais.

“*Senhor e servo*, de Tolstói” intitula uma incursão densa, poética, num acontecimento da suavidade na novela de Tolstói, que mostra emblematicamente a ação lenta e transformadora da suavidade, quando, numa noite fria em que um senhor e seu servo seguem de trenó por uma floresta, a neve pouco a pouco recobre tudo, fazendo com que o trenó caia num fosso, e à medida que o frio os congela pouco a pouco, o senhor, compreendendo que está perdido, é arrebatado por algo, enquanto Tolstói “deixa que a brancura da neve invada e enregele a própria narrativa, até o momento em que poderíamos dizer que a suavidade entra no coração do senhor” (p. 63), e ele cobre e aquece com seu casaco o corpo do servo exposto ao frio, e se deixa morrer no lugar dele. A suavidade, dirá a autora, está ali onde menos se espera, age no interior do próprio poder. É crística, como quando Cristo lava os pés dos discípulos.

“A festa dos sentidos (III)” retoma a alegria como “um dos nomes da suavidade”. Evoca o branco nas pinturas de Chardin – “leite, vela, claridade que impregna a escuridão e cria uma camada, afasta o peso, ergue a opacidade” (p. 65). Tratar-se-ia de uma claridade *anterior*, a assinalar a anterioridade, o caráter originário da suavidade, como uma presença pura, que a autora encontra também no azul do afresco *Nossa Senhora do Parto*, de Piero della Francesca. Novamente é evocada a doçura e plenitude da infância mais primeva: “a doçura ligada, antes de tudo, ao paladar, à memória da sucção do recém-nascido” (p. 65). O gosto do açúcarado e do mel é assim entendido como a metáfora universal da suavidade, um “odor de leite, de figo e de rosas”, todos os odores “de que gostamos” e que nos reconduzem ao “primeiro corpo”, ao “corpo antes do corpo”, tanto sensorial quanto espiritual e anterior à “tirania da consciência de si e os ajustes de uma época com poucas sensações fortes” (p. 65). Por suavidade a autora entende uma possibilidade de relação plena, longe de quaisquer formas de tirania: um erotismo em que se dá um entendimento do desejo do outro, jogo aberto de todos os registros da percepção; também uma relação com o tempo em que na pulsação do presente reconciliam-se passado e futuro, um tempo não dividido que “permite a vida” (p. 65). Denomina de “revolução íntima da suavidade” a realização de uma liberdade que nos tira do campo da repetição e da melancolia, preservando, da animalidade, o paladar, o tato, a presença e a graça; da infância, “a essencial presença, naquilo que ela irradia” (p. 66). A suavidade tem um outro ritmo, anterior ou interior, e compartilha com a poesia a potência de entregar a aspereza do real em uma nova linguagem. Ela “costura o mundo, como o poema que rebaixa as asas quebradas do real, mas não as reconcilia” (p. 66).

Em “Sublimação”, retomando o conceito freudiano, Dufourmantelle reflete sobre a possibilidade de se entender a suavidade como uma sublimação da violência e da brutalidade,

lembrando que a palavra sublimação já indica por si mesma uma atração para o belo e a perfeição; ao mesmo tempo, distingue, na suavidade enquanto potência, algo que, ao contrário de ser uma sublimação, mais propriamente se poderia talvez entender como uma pulsão de suavidade, que, se sublima algo, seria “o próprio acesso ao ser vivo” (p. 68).

O tópico “Crueldades” se destaca e surpreende ao abordar, desta vez, a possibilidade em que a suavidade mesma vem a coadunar-se à crueldade. Partindo da “figura crística invertida” de Stravróguin, de *Os demônios*, de Dostoiévski, a autora levanta a perturbadora questão de que a suavidade pode (paradoxalmente) se tornar veículo do mal, pode vir a ser “a tentação do carrasco”, admitindo-se que, para que o mal aconteça, é preciso “compor com ele lentamente”. Se a suavidade oscila para o horror, não seria porque já o abrigava? Não teria este pacto iniciado na infância? Se a crueldade é um ataque contra o outro, um impulso por esmagar e asfixiar o que envolve o outro em crescimento para sua própria vida, “há observações mortais que são ditas em voz doce e suave”, “violências que se mostram como carícias para melhor atingir o coração” (p. 71).

O tópico “No inferno”, na sequência, trata do extremo da crueldade no caráter inominável de sua força destrutiva que “empurrou todas as fronteiras que poderíamos atribuir ao mal” (p. 73). Acolher o trauma do Holocausto ultrapassa o horizonte da história familiar e demanda uma suavidade, se isso for possível, capaz de “recolher os vestígios da grande história, as sombras da devastação, os sinais dos traumas coletivos e as fases de silêncio e esquecimento” (p. 73). O desastre não tem saída, “se espalha como um mau augúrio e mina a história a partir do seu interior” (p. 73); nesse processo, “nenhuma promessa é transplantada” (p. 73), e porque não somos seus contemporâneos, “algo de devastador se abate, nos impedindo de sermos irmãos” (p. 74). No entanto, “é precisamente aí que a suavidade é mais essencialmente convocada” (p. 74), como uma palavra capaz de “restituir aos vivos um período de vida” (p. 74). A autora exemplifica essa necessidade da suavidade com um episódio na Primeira Guerra Mundial, em que o psiquiatra de guerra W. H. R. Rivers foi designado para “recuperar” soldados tomados por alucinações e angústias que caíam prostrados em plena batalha, e que, para tentar “curá-los” e enviá-los novamente ao *front*, propôs uma escuta que “recriava a fiabilidade de uma ligação”, fundada na proximidade e na mansuetude. O leitor poderá sentir falta de uma palavra da autora sobre o quanto a função da suavidade é aqui pervertida, ainda que a função do psiquiatra em questão fosse positiva por si. Pode-se questionar em que medida este tópico, que procurou abordar a crueldade e o horror na sua forma mais terrível, levou tal consideração às últimas consequências, ou se, de certa forma, recuou. Em todo caso, é preciso levar em consideração que um dos principais propósitos da autora, como se pode constatar pelo próprio título do livro, é o de

continuamente reafirmar a suavidade como potência, o que permite compreender a tendência a buscar sempre a luz possível de ser por ela irradiada.

“Escutar” dedica-se à psicanálise, entendida pela autora como uma verdadeira arte da suavidade. “Um psicanalista não escuta sem suavidade, mesmo se for austero” (p. 75). A própria escuta nasce da possibilidade de uma emoção que “compreende aquilo que o outro ignora dele mesmo” (p. 75). A escuta é suave na atenção aos detalhes – particularidades da voz, hesitações e imagens evocadas por hesitações, atitude, “palavras reunidas de modo estranho”, tiques de linguagem. A suavidade do analista também se faz como uma resistência *sui generis*, um “combate, a cada sessão, passo a passo, contra o carrasco interior do qual ele se torna adversário” (p. 76). A suavidade do analista testemunha e favorece uma passagem, um desvio da fala, quando surge “uma verdade imprevisível” (p. 76). O analista está ali, diz a autora, para momentos como esse, em que “um bálsamo de suavidade se espalha” (p. 76). A psicanálise é uma arte da suavidade porque, no fundo, ela espera precisamente pelo momento em que a suavidade “vem nos visitar”, ciente de que não a manipulamos nem a possuímos, mas que é preciso “aceitar entrar em suas marés, percorrer seus caminhos ocultos, perder-se para que aconteça algo inédito” (p. 77). A escuta é suave ao estender-se entre dois desconhecidos que se tornaram familiares, vigiando o inesperado, o acaso, o encontro.

“Trauma e criação”, por sua vez, aprofunda a reflexão sobre a suavidade como o que está no coração do próprio processo de cura possível, como uma potência balsâmica e criadora. A suavidade é o que propriamente transforma a “efração traumática em criação”. É ela que, “na noite assombrada, coloca a luz, no luto, um rosto amado, na derrocada do exílio, uma promessa de margem onde se abrigar” (p. 81). A suavidade faz com que a luz entre, movimento que pode sobrepujar a vontade regressiva para o objeto perdido da melancolia ou da renúncia. Da parte do analista para o paciente ou do paciente para si mesmo, a suavidade é condição da reconstrução do trauma, como um retorno à liberdade de um corpo não violentado, de uma fala sadia. Aí já começa a criação. Reencontrar “sensações primitivas de começo dos desejos, de começo dos tempos também, talvez” (p. 81).

Vale comparar, aqui, o tópico “Suavidade da melancolia”; ainda que situado mais à frente no texto, contrasta simetricamente ao abordar a “suavidade mortal” que exerce atração na melancolia, impregnando, por vezes, “a decisão de consentir o mais terrível: um luto, por exemplo” (p. 92). Tal forma de suavidade pode ser mortal, como “no sono, na neve, na água: até o esquecimento total de si” (p. 92).

“Nos confins” reitera que a suavidade é um fenômeno de muitas dimensões, com a sutileza do que há de precioso em cada uma delas: suavidade da mãe para com o filho, a carícia do amante, a

do animal, a suavidade de uma atmosfera, a de um estado de espírito. Mas ela sempre remete a uma “parte selvagem de nós mesmos que vai buscar, nos confins desse retiro que chamamos de ‘estar só’, o começo dessa vida escolhida e não vivida” (p. 83).

“A suavidade clandestina” assinala a afinidade da suavidade com o segredo. Retoma o caráter originário da suavidade como instância da qual a própria fala surge – “mamãe” é a primeira palavra de quase todas as crianças e que, para elas, designa a suavidade. A relação da suavidade com o segredo (poderíamos dizer, também, mistério) surge na poética imagem de uma pequena raposa que vem beber a água turquesa à luz da manhã, eucaliptos e o odor de folha amassada e tangerina; na “furtividade do animal selvagem, cintila uma suavidade nunca questionada” (p. 86). O tópico menciona, por fim, a suavidade do erotismo, “invenção de uma música que nunca foi tocada” (p. 86).

“A festa dos sentidos (IV)” vem novamente provar que não se pode compreender a suavidade sem deixar-se permear à sua poesia e ao fato de que ela mesma é, essencialmente, poética. Nova sequência de imagens que concentram o sentido da suavidade é aqui destilada pela autora: uma roseira nua à luz do inverno, um pintarroxo que fez seu ninho no canteiro e aparece todos os dias quase à mesma hora, a vida de quatro meninas enovelada no momento em que elas jogam vôlei rindo numa praia no inverno, areia escorrendo entre os dedos como pedacinhos de vidro polidos pelo mar, a neve que se torna suavidade com o sol do fim de tarde, um *cardigan* cor de abricó que tem a sensualidade de um “fetichismo de criança” (p. 87). Uma das imagens trazida pela autora terá a capacidade de concentrar o sentido do espanto poético-filosófico que acompanha a experiência da suavidade, sua força de fazer sentir a existência, de fazer *lembrar*: o odor, num segundo, de um pequeno frasco de perfume derramado na pia, que uma criança curiosa deixou cair ao abrir a porta do armário do banheiro. “Canela, âmbar, e outra coisa qualquer” (p. 87). A suavidade sensorial desse odor “macio, redondo”, “devolve às coisas seu contorno, já que elas só existem dessa densidade sem cor” (p. 87). Essa suavidade de um instante casual e imprevisto subitamente revela o modo como as coisas mesmas são, ao menos na dimensão humana. Neste ponto fica premente a aproximação, que indicamos no início da resenha, com o modo como a *madeleine* de *Em busca do tempo perdido* faz que o protagonista seja invadido pela memória da vida; aqui, porém, a autora fala de um “pensar em todas as vidas possíveis, que um odor torna presentes”, uma “memória daquilo que não nos pertence e nos atravessa” (p. 87). Dificilmente se poderia evocar uma imagem ao mesmo tempo tão poética, filosófica e psicanalítica como esta. A suavidade, dirá por fim, “é uma relação maravilhada com o pensamento” (p. 88). Que essa imagem surja de um gesto desavisado de criança, inocente em sua curiosidade, apenas reforça o sentido admirativo da suavidade.

Alguns parágrafos à frente, a infância é justamente evocada na forma de uma menina brincando de mudar de lugar as figuras de um presépio: a importância desse tempo dado à criança, “infinitamente precioso”, com o qual ela “cria o pensamento e a terra dentro de si”. Esse tempo, de pura suavidade, em que a mão da criança “pega a pomba de gesso azul e branco e a coloca na beira da fita” é um “tempo para nada”, para o “puro acontecimento de estar junto” (p. 88). O tópico seguinte, “Infância”, prossegue e afirma que a suavidade *pertence* à infância, é “seu nome secreto” (p. 89). O explorar das coisas pela criança é prerrogativa da suavidade e é uma experiência de mundo que “se tornará o reservatório das suas ligações secretas” (p. 89). A autora faz aqui uma leitura profundamente psicanalítica da suavidade na infância, segundo a qual toda experiência de suavidade subsequente na vida estará reconectada às primeiras em que ela aconteceu: “a refinada suavidade de uma tarde à beira-mar está para sempre encapsulada em toda a luz que se parecer com essa” (p. 89). A suavidade é condição da vida, é ela que permite também o atravessamento da infância no seu aspecto traumático fundamental, que de certa forma prolonga e transforma o modo pelo qual a vida é protegida durante a gestação, com o invólucro uterino que “filtra emoções, sons e pensamentos”, o líquido amniótico, os olhos fechados e a respiração ainda protegida das agressões do ar. A infância, por sua vez, em que tudo está, ao contrário, “tão exposto”, tem na suavidade “um pré-requisito absoluto” (p. 89). A suavidade na infância, poderíamos talvez dizer em sintonia com a autora, é o que permite gestar, desta vez, a vida no que recebe de experiências e traumas, ao mesmo tempo preservando o espaço do cuidado, do retorno a si, do repouso e da criação. A autora observa, ainda, que ao longo da vida se torna, contudo, cada vez mais raro, à medida que o ego dispersado toma a frente, “estar inteiramente ali, sem obrigação” (p. 89), como faz a suavidade. Talvez o “toque original” da suavidade vivida na gestação esteja, contudo, “adormecido em cada uma das nossas células, nos convidando ao retorno impossível a esse mundo perdido que, bem antes dos braços maternos, foi um aconchego” (p. 90).

Em “*Dolce vita*”, partindo, como epígrafe, de uma passagem de Giorgio Agamben em que a sensação de existir é chamada suave por implicar uma “copresença originária do outro na qual viver, existir, sentir que existimos e compartilhar essa sensação com outros são uma única e mesma coisa”, Dufourmantelle enlaça esses dois elementos da suavidade, o de uma sensação de harmonia compartilhada entre si e o ambiente – como uma “atmosfera temperada, nem muito quente, nem muito fria, da mesma temperatura que o corpo” (p. 93) – e uma harmonia compartilhada comunitariamente, a exemplo do Renascimento e, no século XVIII, a arte de conversar, o compartilhamento do intelecto, “o segredo da festa carnal” e o gosto da liberdade (p. 93). Observa que cada época encarnou a seu

modo a suavidade de viver na escolha de vida de certos seres ou comunidades, sempre, contudo, tendendo à clandestinidade, porque a suavidade contém uma “atração irresistível por aquilo que se arrisca fora das normas, das obrigações e dos julgamentos impostos”, sendo, em sua própria natureza, uma “reverência àquilo que, no próprio princípio da vida, não se obriga” (p. 94). Tal reflexão é coerente com as tantas considerações da autora ao longo do livro sobre a falta de lugar da suavidade nas condições predominantes do mundo, em que a suavidade se afigura justamente como uma *outra* possibilidade de existência. O tópico termina com a interrogação sobre como aclimatar a nossa época ao que a potência da suavidade oferece como possibilidade, não apenas na relação consigo próprio, mas também como possibilidade do “elã espiritual e carnal que a anima” (p. 94).

O tópico final, “Uma suave revolução”, partindo implicitamente da questão com a qual o tópico anterior termina, recobra os esforços do livro no sentido de pensar as potências da suavidade. A epígrafe de Cícero, “doce nome da liberdade” (*Nomen dulce libertatis*) introduz a ideia dessa íntima relação entre suavidade e liberdade, como desenvolvido ao longo do livro. A suavidade, um “voltar-se para si que inventa futuro”, é entendida aqui como *retomada* possível, no sentido que a autora atribui a Kierkegaard, como um retornar ao passado em abertura possível ao inesperado. Reconciliação com o que foi recalçado, permitindo a retomada com mansidão e coragem. Sutil como “a voz que o poeta anima e recolhe” (p. 96). A revolução da suavidade, que pode ocorrer justamente por inadvertência, seria, questiona a autora, da ordem da intimidade. O tópico (e o livro) termina com uma história de suavidade, ao que tudo indica verídica, mas que soa como um conto – tanto pelo tato narrativo da autora, quanto por sua inverossimilhança, por destoar da ordem comum dos eventos do mundo. Uma história de suavidade acontecida em plena guerra, como sugerindo, pelo contraste do inusitado, do extraordinário, a possibilidade de uma transmutação revolucionária.

Referências

- Dufourmantelle, A. (2003). *Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da hospitalidade*. São Paulo: Escuta.
- Dufourmantelle, A. (2022). *Potências da suavidade*. (Traduzido por Hortencia Lencastre. São Paulo: n-1 edições.